

SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 7.500

Quanto custa a promessa registrada no
TSE?

Rui Costa Pimenta, PCO

O QUE ESTÁ NO PROGRAMA

O documento registrado no TSE defende um salário mínimo vital que “não poderia ser menor que R\$ 7.500”.

R\$ 1.621

mínimo vigente em 2026

R\$ 7.500

valor defendido

Diferença nominal: R\$ 5.879, alta de 362,7%.

PROMESSA NÃO É EXECUÇÃO

- **DOCUMENTO ELEITORAL**
Registrado no TSE
- **NORMA**
Exige mudança legal
- **ORÇAMENTO**
Precisa de custeio anual
- **EXECUÇÃO**
Depende de regulamentação e caixa

Até o corte, não foi localizado no programa um cronograma de transição, uma fonte de custeio ou uma proposição numerada com esse valor.

ORDEM DE GRANDEZA FISCAL

O PLDO 2027 estima que cada R\$ 1 adicional no salário mínimo aumenta a despesa federal líquida em R\$ 413,2 milhões.

$$\text{R\$ 5.879} \times \text{R\$ 413,2 mi}$$

$$\approx \text{R\$ 2,43 trilhões}$$

Cálculo próprio: extrapolação linear para medir escala, não estimativa oficial do programa. Receita, emprego e elegibilidade também mudariam.

QUASE UM LIMITE ANUAL

A extrapolação de R\$ 2,43 trilhões equivale a cerca de 94,3% do limite de despesas primárias da União previsto para 2027.



A comparação dimensiona a pressão potencial. Não significa que todo o efeito apareceria no primeiro ano nem que a despesa crescería de forma perfeitamente linear.

QUEM SENTIRIA O EFEITO

TRABALHADOR renda maior para quem está no piso

PREVIDÊNCIA E BPC benefícios vinculados pressionam o gasto

EMPRESAS folha, encargos e contratos ficam mais caros

CONSUMIDOR preços podem absorver parte do custo

EMPREGO contratação, horas e informalidade podem reagir

Direção e intensidade dependem de produtividade, demanda, margens, política fiscal e velocidade de implantação.

NOTA DE EXECUÇÃO

3/10

LARANJA

Escala nominal não acompanhada de custeio, transição ou desenho legal suficiente.

METODOLOGIA

Viabilidade jurídica e legislativa 1. Financiamento 0. Capacidade administrativa 1. Condições técnicas e econômicas 0. Cronograma de quatro anos 1.

Nota provisória, confiança baixa. Avaliação editorial, não probabilidade estatística.

Fontes: TSE, programa de governo, 16/08/2026. Planalto, Decreto 12.797/2025. MPO, PLDO e PLOA 2027.